REVISTA DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS | ISSN: 2447-0244
V.1, n.2, jul-dez.2015
Missões

Trabalho e Economia: um Breve Resgate Histórico da Fronteira Campesina.

Labor and Economy: A Brief History Review of Peasant Border.

Lilian Simone Souza Pires[1]
Tiara Cristiana Pimentel dos Santos[2]
Ronaldo Bernadino Colvero[3]

Resumo: O conjunto de fatos históricos e a complexidade das ações geopolíticas implícitas em que deu-se com as divisões territoriais na campanha e na fronteira oeste-sul do RS, requer uma ampla pesquisa para pequena contextualização, uma vez que são diversos os fatores que influenciaram na sólida formação territorial vista hoje, nesta região. Faz-se necessário discorrer sobre as concepções ideológicas de "propriedade privada" trazidas pelos colonizadores da Europa, bem como as divisões territoriais originadas a partir da introdução do gado ocasionando o surgimento das primeiras estâncias missioneiras e suas primeiras formas de produções econômica. A partir de então, a região caracterizou-se por uma economia baseada na propriedade latifundiária para o desenvolvimento agropecuário e posteriormente agricultura. Tradição produtiva que atravessa séculos e iniciou sob influência diversificada de técnicas e modos de produção adaptadas as condições da terra e as dos seus habitantes; luso-brasileiros; hispânicos-platinos e indígenas de várias etnias que originaram a figura do trabalhador do campo o "gaúcho". Este trabalho pretende no primeiro momento fazer uma contextualização histórica da constituição econômica da fronteira campesina localizada na metade oeste-sul do Rio grande do sul, logo a seguir ponderar algumas questões referentes a gênese do trabalho nas estâncias e posteriormente nas fazendas que compuseram-se dos grandes latifúndios capitalistas surgindo a partir do século XIX.

Palavras Chaves: Fronteira oeste-sul, Campanha, estância; latifúndio; trabalho.

Abstract: The set of historical facts and the complexity of the implied geopolitical actions that happened with the territorial divisions in the countryside and in the west-southern border of Rio Grande do Sul, requires extensive research for a small contextualization, once there were several factors that influenced the solid territorial formation seen in this region today. It is necessary to discourse the ideological conceptions of "private property" brought by the European settlers, as well as the territorial divisions which had their source from the introduction of cattle resulting in the emergence of the first missionary resorts and their first forms of economic production. Since then, this region has been characterized by economy

[1] Acadêmica do quinto semestre de Ciências Humanas – Licenciatura da Universidade Federal do Pampa. E-mail: lilisouzapires@gmail.com
[2] Acadêmica do quinto semestre de Ciências Humanas – Licenciatura da Universidade Federal do Pampa. E-mail: tcris95@hotmail.com
[3] Professor da Universidade Federal do Pampa. E-mail: rbcolvero@gmail.com

based on land property for agricultural development and, later, for agriculture. This productive tradition has gone through centuries and started by the influence of diversified techniques and production methods adapted to the conditions of the land and its inhabitants; Portuguese-Brazilian; Hispanic-Latino and Indians from various ethnic groups that originated the field worker - known as "gaucho". At first, this paper aims to make a historical context of the economic constitution of peasant border located on the west-southern half of Rio Grande do Sul, then to consider some issues concerning the genesis of the work in resorts, and finally on the farms that were made up of large capitalist landlordism emerging from the 19th century.

Key words: west-southern border; countryside; farm; land property; labor

1 Introdução

O enfoque dado ao conceito de "região" nesse trabalho consiste numa abordagem totalizante que tenta reconhecer a efetiva complexidade da realidade histórica transcorrida no Rio Grande do Sul entre os séculos XVIII ao XX em especial nas áreas de fronteira oeste-sul e campanha. Devido à amplitude do assunto, será possível, apenas pontuar alguns elementos considerados importantes sobre temas gerais provenientes do trabalho e da economia em diferentes linhas historiográficas.

A tentativa é levar a discussão e posterior reflexão, situações e fatos que influenciaram o processo de divisão territorial desta região e buscam explicar as desigualdades no desenvolvimento social desta área em relação a outras do mesmo estado.

Para temas tão pertinentes à nossa compreensão, como o processo divisão territorial baseado na propriedade privada, latifundiária, é preciso que tenhamos em mente, a impossibilidade de uma abordagem desarticulada ao contexto histórico de cada época.

Para o autor Rogério H. da Costa em RS Latifúndio e Identidade Regional. A história da região, portanto, "deve ser vista muito mais em sua complexidade do que na unilateralidade de processos homogeneizantes" (COSTA, 1988 p.25) onde é necessário obtermos uma concepção de região "como um espaço de identidade-cultural e representatividade política, articulando em função de interesses específicos, geralmente econômicos" (idem p.25).

A relevância do estudo da história regional também se firma na opinião do respeitável historiador francês Marc Bloch, um dos fundadores da *Escola dos Annales*:

> que las monografias regionales, apoyadas em sólida erudición alimentada por una amplia cultura histórica, son lo único que puede restuirnos poco a

> poco, em viva diversidad, la imagen de la vieja socidad francesa – o, por decir mejor, de la socidad frencesa de todos os tempos, tanto presente como passado – es esa una verdad cuya evidencia se impone a todos los historiadores con mayor fuerza que ninguna outra. (1978, p.48 apud Zarth, 2002 p.29-30)

A economia provém do trabalho do homem que deriva da terra, tanto para sua subsistência como para aplicação produtiva gerando economia através da pecuária e da agricultura em especial, torna-se difícil distinguir e separar estas alíneas, como também mesclam-se os preceitos representativos de cada conceito apresentado aqui para embasamento.

2 As propriedades privada e as divisões de terras

Segundo a historiografia tradicional, a província de São Pedro do Rio grande do sul com data de fundação política em 1821, sendo uma das capitanias hereditárias do Brasil Imperial, possui uma econômica secundaria em relação ao contexto brasileiro, porem representa um território extremamente importante para as intenções imperiais.

Segundo Paulo Afonso Zarth em sua obra Do Arcaico ao Moderno: o Rio grande do Sul do século XIX, a importância está "em termos políticos e militares diante de sua condição estratégica na conflituosa Bacia do Prata" (ZARTH, 2002 p.31).

Dessa forma, à divisão territorial e o desenvolvimento econômico da fronteira oeste-sul e da campanha do atual estado do Rio Grande do Sul baseou-se fundamentalmente na propriedade privada.

A concepção de propriedade correspondeu a visão sociológica das normas jurídicas trazidas do Reino de Portugal pelos colonizadores, conjunto de leis e regulamentos reunidos num sistema uniforme do direito civil, penal e comercial sendo elas as Ordenações Afonsinas, Manoelinas e Filipinas.

A propriedade privada advém de uma evolução histórica em diferentes etapas até alcançar a formação sesmera e posteriormente as estâncias com status econômicos. Chamava-se Sesmaria os lotes de terras concedidos legalmente pelo Império como subsidio econômico, atendendo também a necessidade de posse efetiva do território que juridicamente já pertenceria a Portugal a partir do tratado de Tordesilhas 1750.

Conforme Dante Laytano (1983) a propriedade rural já foi chamada de invernada, curral e tapera também sitio e rincão, denominações que confundem-se na progressão histórica regional e tem suas definições baseadas nos seus ocupantes de cada época.

Seguindo a analise apresentada pelo autor, nas denominações que as terras receberam como sítios e rincões é possível perceber a origem dos negócios pecuários através de algumas documentações jurídicas:

> Os currais serviram, na verdade, para determinar a localização de cada invernada e davam certa legitimidade da posse diante da ocupação precária incerta e acidental dos campos. Lê-se, na documentação do começo do século XVIII, a palavra curral para assegurar direito adquirido como o curral de Frei Sebastião, aliás, a palavra curral tinha sinônimos em tapera, rincão e sítio. Seriam formas jurídicas de usucapião ou de direito de posse: rincão, tapera do Magalhães, sítio do paulista. (LAYTANO, 1983 p.13-14)

Dentre os conjuntos de leis que vigoravam na época do império luso em terras rio-grandeses, predominou a linha de poder para fomento da colonização, para as terras conquistadas. A política das sesmarias encaixa-se no conjunto de leis que segundo Laytano, "deveria ser doada e não vendida" (1983 p.13).

Neste caso doavam-se grandes extensões de terras compreendidas entre 10 a 13 mil hectares para que estas fossem ocupadas com aplicação da produção econômica em grande escala visando a exportação, sobre estas doações eram cobrados tributos.

Pelas disposições legais, fica explicito que a finalidade das doações era legalizar a posse para aqueles já estariam alojados nestas extensões de terras, podendo estes solicitar por meio de requerimento ao governo Imperial o direito legal para certo período de anos.

Por meio de Carta Régia remetida pelo governo designava-se o poder de posse para quem aceitasse e se comprometesse a certas determinações peculiares a legislação da terra vigente da época.

Segundo os determinantes da lei para doações estaria assegurada a posse gratuita das terras a todos que à solicitassem pois muitos já estariam instalados nas terras que requeriam.

Esse sistema também valeria para regiões despovoadas ou como afirma certa linha historiográfica do Rio Grande Do Sul ao denominar terra vazia ou "uma terra de ninguém" (CESAR, 1981 p.109) principalmente quando refere-se à região da fronteira oeste-sul e campanha.

O fato é que os discursos historiográficos luso-brasileiros predominaram como sendo o elemento civilizador desta região e na historiografia tradicional é pela pecuária que a antiga província de São Pedro do Rio Grande do Sul se destaca privilegiando os latifúndios e as exportações (ZARTH, 2002 p.28). Onde até admite-se a herança indígena, porém não se pondera o período pré-colonial e colonial como parte significativa da história do Rio Grande do Sul.

Sendo assim, ocorre que muitas vezes, não se tem entendimento ou conhecimento das formas de organizações que já se faziam presente nesse território antes do período de concessões e apropriações. Tomamos como exemplo as estruturas missioneiras onde seus empreendimentos iam além dos complexos reducionais fazendo-se atuante na fronteira oeste-sul e campanha através das estâncias missioneiras.

Conforme Edson Paniágua destaca em Fronteiras, Violência e Criminalidade na região platina (2013) o território do povo missioneiro de Yapeyú possuía mais de dez mil quilômetros quadrados, abrangendo os atuais municípios de Uruguaiana, Alegrete, Rosário do Sul, Quaraí, Santana do Livramento; departamentos de Paysandu, Salto, Artigas, Rio Negro, Tacuarembó no Uruguai e uma parcela da província de Corrientes na Argentina.

A Antiga estância do povo de Yapeyú e seus postos de subdivisão é centro de destaque em relação as demais organizações em função da sua extensão territorial e sua diversidade produtiva:

> A área de Yapeyú sobressaiu-se em relação ás demais, pelo seu tamanho e abrangência dentro da conjuntura missioneira e da campanha e pelo fato dela, ao contrário dos demais territórios, nos possibilita identificar uma organização econômica e social em que a presença das suas metrópoles colônias, Espanha e Portugal, não interferiram. (PANIÁGUA, 2013 p.24-25)

Tratava-se sim, da divisão de um território multifacetado, uma região comum a diferentes grupos além de portugueses e espanhóis, onde anteriormente já habitavam Guaranis, Minuanos e Chaná-Timbú, Chaná, Charruas, Guenoas, entre diversos desdobramentos étnicos.

Nesse sentido, o autor defende a ideia que "é preciso repensar, parcialmente, este período e este espaço" (idem p.29) para uma emergente reformulação historiográfica, onde compreenda-se que a região oeste-sul e campanha nada teve de fatores homogêneos em sua formação, ou da interpretação como sendo "espaço vazio" até a chegada dos portugueses.

A principal justificativa para as distribuições das sesmarias baseava-se na fixação do povo a terra, ou seja, ocupação de um espaço vazio ou terras "ditas" desabitadas. A política das sesmarias na historiografia tradicional passou a ser conhecida como o artifício que funcionou e se consolidou a melhor maneira de povoar as grandes extensões de terras que a província do rio-grandense tinha disponível, isso na visão Imperial, pois vinculava a terra ao seu ocupante estabelecendo a obrigatoriedade de permanecia a terra numa relação presa ao pertencimento entre proprietário e propriedade.

Mas havia muito mais nas intenções donativas de terras do governo Imperial, as concessões de terras gaúchas da fronteira oeste-sul e campanha "tem uma forte correlação com os militares encarregados de defender essa conturbada região" (ZARTH, 2002 p. 58). Sendo fortemente incentivado pelo governo Imperial da época a concessão para oficiais e soldados que desejassem fixar-se na região tornando estancieiros ou lavoreiros.

Segundo Paniágua as doações de sesmarias ocorreram intensamente entre 1814 a 1823, extensas áreas que correspondem atualmente aos municípios de Alegrete, Uruguaiana, Quarai, Rosário do Sul e Santana do Livramento. Período em que o Império Português lutava pela soberania frente a Artigas do Uruguai, sendo assim:

> O império português visava uma ocupação e, paralelamente, intensificava a militarização, 'legitimando' uma conquista parcial, sob o pretenso aspecto da defesa do território. Essas doações eram concedidas aos militares que, concomitantemente aos interesses do império, defendiam as suas propriedades privadas. Sendo assim, as sesmarias constituíram-se em estratégias de conquista e ocupação, extrapolando as características de simples premiações por serviços prestados por esses militares lusitanos (PANIÁGUA 2013 p.83).

Os militares receberam concessões como prêmio pela defesa do Império do Brasil frente aos diversos conflitos contra os castelhanos na região, em função dos limites e posse do território, ganhando dessa forma muito prestígio. Mas é válido salientar que os chefes militares que possuíam título de autoridade, eram como uma espécie de porta voz do governo e administradores locais, também deles dependia todo repasse burocrático ao governo, sendo assim todas as solicitações para apropriações de terras passava primeiramente pela aprovação ou indicação destes chefes locais. Zarth constata em suas pesquisas que:

> [...] os requerimentos eram encaminhados aos comandantes militares de fronteira e estes informavam ao governo, que concedia a posse. Dessa forma, os comandantes militares detinham de fato o controle sobre o processo de apropriação das terras, pois eram eles que detinham condições de julgar os pedidos dos pretendentes a posse da terra (ZARTH, 2002 p.60)

Esse fato caracterizava uma classe influente com bastante autonomia o que por vezes não agradava o governo "Esse processo deu origem a uma classe de estancieiros-soldados que preocupava o próprio governo português, pelo poder que adquiria" (idem, 2002 p.60).

É importante ressaltarmos que para a sesmaria ser consideradas a melhor forma de povoamento, ocupação e utilização das terras, houve todo um processo de afirmação e legitimação desta política até que a ideia se torna dominante.

A partir de 1822 é extinta a lei de doações das sesmarias. O Império do Brasil estabelecia anos mais tarde a Lei de Terras de 1850, a qual tornava o acesso a propriedade muito mais difícil em termos jurídicos e também tinha intensão de servir como instrumento de controle para acesso de agricultores nacionais e imigrantes. Porém Zarth adverte:

> O espirito de controle, imposto pela Lei de 1850, permitiu que as elites do Sul determinassem a política de ocupação das terras florestais, inclusive excluindo lavradores nacionais pobres do acesso à propriedade, em favor da política de colonização (ZARTH, 2002 p.47).

Já era estabelecido anterior à lei 1850 que o mesmo indivíduo não poderia ter mais de uma concessão em seu nome, no entanto o que ocorrerá na prática não correspondia aos ordenamentos da lei. A forma com que alguns tornam-se proprietário de terras na região, não é desarticulada e o acesso à terra obedece a lógica do poder e influência que alguns tinham nestas extensões sulinas.

No relato de viajantes que cruzaram os campos rio-grandenses da época, dizia-se comum ver imensidões terrenas pertencentes à mesma família:

> Já passei por três estancias pertencentes a Marechal chagas, e, entre chácaras e estâncias possui ele oito na província de Missões, calculando-se em 24 léguas a extensão do terreno que podem ocupar. Todas essas terras foram compradas, porém a preços baixos e, a acreditar-se na voz do povo, foi o medo que por mais uma vez obrigou o proprietário a vendê-las. (SAINT-HILAIRE, 1974 p.138).

Essa situação também é apontada por Arséne Isabelle no trecho que segue:

> E como a ambição dos estancieiros consiste em possuir grandes rebanhos, de cinco, dez e trinta mil cabeças de gado, resulta que procuram possuir a maior extensão possível de campo; deste modo não é raro ver-se estâncias, sobretudo nas Missões e na parte vizinha da Banda Oriental, de dez, vinte, trinta léguas ou mais de extensão. E se não obtém todos estes vastos terrenos a título de concessão de parte do governo, compram de seus vizinhos pobres as terras que os rodeiam e se livram assim de qualquer concorrência inoportuna [...] (ISABELLE, 1983 p.43).

Algumas sesmarias localizavam-se nos antigos espaços missioneiros, principalmente nas terras que anteriormente pertenciam a estância missioneira de Yapeyu, fato que contribuiu para consolidação da economia pecuária dos novos proprietários. Sendo que nestes campos restavam rebanhos provenientes das vacarias organizadas pelos Jesuítas pertencentes ao povo guarani-missioneiro, estes em sua maioria concentravam-se nas reduções, mas também nas estâncias para remanejamento do gado que garantia o sustento das reduções missioneiras.

3 As formas de trabalho que fundamentaram a economia

3.1 A "consideração" com primeiros trabalhadores – colonizadores tornam-se também os primeiros proprietários.

Aliada a terra está o trabalho, configurando um dualismo existencial, onde um não pode existir sem o outro. Karl Marx o notável estudioso do capitalismo do século XIX discorre sobre essa relação, defendendo que "la expropriação que despoja de la tierra al trabajador, constituye el fundamento de todo el processo" (1977, p.895 apud ZARTH, 2002 p.45). Pautada na posse da terra está o processo de poder instituído, uma vez ocorrendo a mercantilização do solo, o processo de produção realizada pelo homem-trabalhador deixa de configurar a utilização na forma de subsistência e estabelece uma relação baseada na posse da terra que assim se utiliza dela para gerar capital.

Nessa relação mercantil, *trabalhador X terra X propriedade*, se fundamenta os pilares do desenvolvimento econômico, social, cultural e político do atual estado do Rio Grande. Nesse contexto a fronteira oeste-sul e campanha são as regiões onde claramente se exemplifica as consequências dessa dinâmica, adotada a partir do século XVIII – XIX.

O trabalho intrinsecamente vinculado a terra faz surgir a figura do homem trabalhador do campo que ficou conhecido como, o gaúcho. Iniciamos por descrever esse trabalhador, que na visão historiográfica de Dante Laytano, também torna-se o colonizador-proprietário, em alguns casos.

Segundo Dante Laytano (1983), são três tipos principais os que constituíram-se nos proprietários de terras e a estes também se atribuí o sinônimo de colonizadores do Rio Grande do Sul, o militar, o tropeiro e o agricultor.

Conforme já foi dito, os militares foram os que receberam as primeiras sesmarias distribuídas na fronteira campesina, doadas como prêmio pelos serviços prestados ao Império, adquiriram propriedades e tornavam-se estancieiros, na visão de Paniágua os seguintes fatores são os possíveis motivos que ampliaram o poder Imperial na região:

> Várias concessões foram dadas a membros da mesma família; a 'liberdade' dos chefes militares portugueses que distribuíram terras a seus parentes e protegidos; as vendas nominais dos proprietários pobres pressionados pelos chefes militares ou a apropriação pura e simples dos campos (PANIÁGUA, 2013 p.84).

Esta forma de organização beneficiou alguns que aproveitando-se do período de conflito e do poder instituído, ampliavam o limite de suas concessões dando início ao processo de formação de uma elite regional. Essa categoria tornou-se influente na construção das futuras cidades através da posse dos meios de produção contribuindo para a organização da propriedade privada a partir do século XIX e também são considerados colonizadores do Rio Grande do Sul.

O tropeiro, que tinha como único objetivo cruzar os campos desabitados tocando o gado por centenas de léguas, ao seu destino, geralmente fazendo uma rota Prata X Laguna X São Paulo, ocupavam as invernadas para o pastoreio do gado, em trânsito, estas que não possuíam legitimação, sem dono ou soberano, os tropeiros exploravam as vastas extensões configurando um comércio ao longo do trajeto e ajudando a fundar povoados que futuramente tornam-se cidades.

A corrente historiográfica oficial, considera os tropeiros como um dos tipos que colonizou o Rio grande do Sul, pois alguns tropeiros foram beneficiados nas distribuições de sesmarias recebendo a posse dos hectares e passando de "homens nômades para proprietários rurais" (LAYTANO, 1983).

Entretanto essa situação não foi identificada na região da fronteira campesina que onde o desfecho histórico seguiu outros rumos bem como atendiam a outros interesses. A legislação 1850 estabelecida pelo Império, assume forma reformista e modernizadora na política da terra, contudo não dissemina novas ações na área da campanha oeste-sul, pois é do interesse do Imperial e posteriormente republicano depois de 1889, manter as extensas propriedades como forma de preservar as fronteiras políticas já estabelecidas.

Herança ideológica dos portugueses que viam a fronteira oeste-sul e campanha do Rio Grande do Sul como uma área de fricção, que necessitava de constante vigilância em função dos conflitos permanentes na disputa dos limites territoriais com os hispânicos-platinos. Segundo Paniágua "a fronteira fortalecia o latifúndio e vice-versa não havendo brechas para a colonização de imigrantes europeus e de indígenas" (2013 p.90).

As grandes propriedades rurais consolidaram-se na economia pecuarista, com base nos rebanhos missioneiros que estavam sobre as terras adquiridas pelo direito de propriedade através das concessões, apropriações e compras indevidas, como foi relatado anteriormente. Para prosperar a propriedade rural baseou-se essencialmente no trabalho escravo ou quase escravo como no caso dos indígenas que permaneceram em terras pertencente a Portugal, após o fim dos Sete povos das Missões, temática que discutiremos mais adiante.

Os primeiros agricultores a serem reconhecidos pela historiografia tradicional, são os casais de açorianos. Incentivados a emigrarem da Ilha dos Açores, também colônia de Portugal que enfrentava problemas em função da grande povoação da ilha e escassez de alimentos, alguns benefícios foram ofertados e oficialmente a partir de 1737 muito açorianos vindos da Colônia do Sacramento, instalam-se na região de Rio Grande dando início a um processo que segue até século XIX.

Tendo como principal objetivo a ocupação do território com povoamento português bem como incentivo a uma agricultura extensiva. Os açorianos foram distribuídos em lugares mais ao leste do território Rio-Grandense, ao redor de elementares centros urbanos e começam a desenvolver a agricultura porem logo veem na pecuária uma melhor lucratividade. Visando o desenvolvimento da agricultura o governo Imperial tratou de "organizar e dividir a propriedade". (LAYTANO, 1983 p.22)

É preciso que se diga que os açorianos, inicialmente, não foram concedidas sesmarias, estas que correspondiam a cerca de 13.010 hectares, e sim extensões de terras com 272 hectares, porem com o desenrolar histórico também alguns destes vieram a se tornar estanceiros da campanha, mas nem todos.

3.2 As formas de trabalho e a escravidão nas estâncias

Os índios eram os preferidos para os trabalhos nos campos, pois conheciam as necessidades do rebanho para tratamento e multiplicação, possuíam "domínio de técnicas de alto nível" (FREITAS, 1980 p.16).

Com o término das estruturas reducionais grande parte da população nativa passou a perambular sem destino com suas famílias dados ás situações de abandono como esclarece Décio Freitas "para fugir da fome, buscaram trabalho assalariado em estâncias, mas também na agricultura ou nos trabalhos das fortificações de torres e Rio Grande" (FREITAS, 1980, p.19). Assim aceitavam trabalhar por baixos salários, e as vezes apenas em troca da alimentação com aponta SAINT-HILARE "Iam para as estâncias, onde tinham assegurada a alimentação... eles sabem que nas estâncias serão recebidos como peões, tendo abundância de carne e recebendo algum salário". (Auguste de Saint-Hilare, 1974, p.118)

A concepção de trabalho para os povos indígenas, tem a função apenas de garantir a subsistência, diferenciando-se essencialmente do trabalho cumulativo capitalista. Paniágua comenta que a dualidade em relação ao trabalho demostra que os povos nativos estavam

fortemente marcados pela cultura "trabalhavam para promover suas necessidades, quando se fazia necessário. Os guaranis traduziram, dessa maneira uma resistência a essa forma de organização capitalista, sendo uma constante" (2013, p.105).

Os indígenas, especificamente os guaranis, sendo a etnia culturalmente mais difundida através de estudos e pesquisas, preservavam-se em não aceitar a fixação ao território em troca de pagamento, o que no decorrer da história, após a mistificação e alteridade cultural esse fato passou ser conhecido como uma característica do gaúcho – homem trabalhador do campo – como sendo um "homem livre".

O forte de Rio Grande fundando em 1737 era utilizado para exportação de couro e muares, durante o fortalecimento da economia pecuária que deu-se no final do século XVIII início do século XIX, segundo (COSTA, 1988) foi introduzida a atividade charqueadora, o apogeu que as atividades econômicas que pretendia atender as necessidades mercantis do centro Imperial, surge cada vez mais a necessidade de mão-de obra barata para garantia do abastecimento.

No caso dos escravos negros reunidos nas estâncias para emprego na criação de gado, não eram lucrativos aos rendimentos das estâncias criadoras do oeste-sul tornando a participação destes foi notória nas charqueadas ao leste do território Rio-grandese como utilizados como alavanca da economia.

Dentre os diversos motivos havia dois principais que não contribuía para o emprego dos escravos nas estâncias: não conheciam as técnicas necessárias ao trabalho pastoril e o perigo de fuga era constante pois necessitam de vigilância.

Para o primeiro motivo era necessariamente entendível que os africanos vendidos como escravos não possuíssem as técnicas que demandava de uma cultura laboral de existência indígena.

O segundo motivo pelo qual não era viável a obtenção de escravos em larga escala, está na constante vigilância que estes necessitavam para fugir, sendo a região da campanha tão extensa e conflituosa de "fronteiras moveis" (FREITAS, 1980 p.18) e constantes atritos nas descampadas terras da região, seria relativamente fácil a fuga dos escravos com meio de transportes tão comum na região que era o cavalo.

No entanto, isso não quer dizer que não havia escravidão negra nas estâncias. A escravidão assume forma diferente daquelas conhecidas nas fazendas de cana-de-açúcar e café

do centro do Brasil. Os negros escravos dedicavam-se a várias funções auxiliares, conforme Paulo Afonso Zarth:

> Dos 64 escravos, 12 eram campeiros, 2 domadores; 20 roceiros; 1 canoeiro; 1 alfaiate; 1 cozinheiro; sapateiro; 26 se dividiam entre mulheres de serviço doméstico, crianças, velhos e doentes, sem indicação de profissão. 14 escravos estavam diretamente ligados à atividade pastoril (campeiros domadores) (ZART, 2002.p 112).

No interior da estância os escravos dividiam as tarefas fazendo de tudo não tendo cada um uma função designada. A importância destes escravos dentro das propriedades dava-se nas atividades pastoris destinadas a agricultura para alimentação da família do proprietário, em tarefas doméstica diversas e roceiras onde os cativos, desenvolviam boa habilidade.

O modo de trabalho, nas estâncias era um pouco diferente do modo de trabalho nas charqueadas. Com a exportação de charque para fora do Rio Grande do Sul e também para o centro principalmente no período do Brasil Imperial, passando essa a ser a principal atividade economia baseada na produção de bovinos, os negros foram utilizados efetivamente nas charqueadas.

Os escravos estavam muito mais concentrados nas charqueadas do que nas estâncias, pois o trabalho era árduo e exigia muita mão de obra que ia desde o abate até a exportação.

Com a abolição da escravidão em 1888, a mão de obra se tornava muito cara, com isso o valor do produto não era rentável, assim o Rio Grande do Sul passou a perder posto para o Uruguai que exportava o produto mais barato contribuindo para uma crise econômica a qual iremos abordar alguns detalhes mais adiante.

5 Produção de grãos – agricultura

A agricultura do Rio Grande do Sul era realizada pelos povos indígenas antigos habitantes do território, plantando diferentes tipos de grãos. Séculos mais tarde os jesuítas trouxeram consigo novas variedades e técnicas de cultivo, nessa época com o crescimento das estâncias missioneiras, se incentivava a produção dentro dos limites estancieiros e reducionais em benefício do seu próprio abastecimento.

No século XVIII outro incentivo foi dado desta vez pela parte do governo Português devido a vinda dos colonizadores, da ilha de Açores a cultura de trigo foi implantada dando início a uma nova economia:

> A produção de trigo foi importante até o início da década de 1820, quando entrou em decadência. A principal causa do declínio da trigocultura deve ter sido a ferrugem, uma doença que atingiu os campos, a partir de 1814 e diminuiu em muito a produtividade (ZARTH 2002, p. 201).

Anos mais tarde o governo tentou fazer um novo incentivo na produção de trigo trazendo sementes de outros países, mas foi possível recuperar o volume de grão produzidos em outras épocas, voltando assim a importar novamente o produto.

Dificilmente as produções de cereais aparecem nos inventários dificultando assim um levantamento mais preciso do que se produzia. Zarth afirma, nesse sentido, que:

> Sabe-se que, nas estancias, havia produção de cereais para subsistência do próprio do estabelecimento, mas raramente são computadas roças de feijão, de milho, ou de mandioca, por exemplo. Mesmo entre os colonos imigrantes, os inventários pouco consideram as roças cultivadas (Zarth, 2002 p.39)

Felix Azara demostrou através de seus cálculos publicados em Memorial Rural do Rio da Prata, in: Manuscritos da coleção de Angelis, Rio, 1969 que em síntese a pecuária possuía um rendimento 70% maior ao que provinha da cultura do trigo.

Dava-se total importância a pecuária, não dando tanto valor para o cultivo de grãos, e por muito tempo os produtos agrícolas deixaram de ser exportados. A pecuária que em todas as épocas sempre foi considerada pelos governos como sendo o "carro chefe" da economia no Rio Grande do Sul principalmente na fronteira oeste-sul e campanha.

Mas a situação começa a mudar e a pecuária passa assim a cair em declínio a partir da queda do Império em 1889 e posteriormente perdem-se as vantagens aduaneiras em 1893. Segundo FREITAS (1980, p.55) a gradativa ascensão de Minas Gerais que disputa com vantagens o mercado do sudeste somada a concorrência platina foram alguns motivos do declínio:

> " [...] cuja produção esteve sempre à frente da rio-grandense em termos de tecnologia e produtividade[...] o rebanho bovino do Rio Grande do Sul cai a menos da metade e a pobreza aumenta sensivelmente entre a população fronteiriça" (FREITAS, 1980 p.55).

Entre outros fatores cruciais para a desvalorização dos rebanhos, o conservadorismo dos latifundiários que não investiam em técnicas modernizadoras para o aumento produtividade e limitava-se ao acúmulo de terras e gados estabilizou a pecuária

numa produção econômica com carácter extensivo. Para Zarth o anacronismo dos proprietários somado a influencias de uma diversidade de fatores locais levava a tais situações de atraso:

> Com relação à tecnologia, as modernas técnicas europeias encontraram dificuldade dificuldades de serem transpostas para um meio com condições econômicas, sociais, e ecológicas diferentes, organizado a partir de outros critérios de racionalidade. Somente de forma seletiva e lentamente, ocorreram modificações nesse sentido (ZARTH, 2002 p.33).

No século XIX o Brasil sofre diversas crises de abastecimento algumas foram mapeadas em estudos realizados por historiadores como Francisco Carlos Teixeira da Silva e Maria Yedda Linhares (1979). As crises de forma geral surgiam de causas naturais, outras provinham do desvio das forças geradoras da agricultura de subsistência para a monocultura de exportação, como também o desestímulo fiscal e burocrático recaindo sobre os produtores de alimentos, fazendo com que estes optassem por concentrar a produção para mercados externos mais atrativos.

No Rio Grande do sul, como já comentamos neste trabalho, em especial na fronteira oeste-sul e campanha "houve uma excessiva concertação de nas atividades pastoris" (ZARTH 2002 p.37) somando-se a outros motivos bastantes influentes como as guerras do século XVIII e suas consequências que seguiam pelo século XIX, tornaram a situação de crise mais agravante nesta região.

Para mobilização de tropas por terras gaúchas necessita-se grande abastecimento, alimentação e animais, como também o recrutamento dos melhores homens em idade e condições produtivas para juntarem-se as tropas e seguir em marcha para os locais conflitos. As fronteiras oeste e sul representavam o foco dos conflitos na preservação dos limites como ocorreu na Guerra da Cisplatina (1835-1845) e na Guerra do Paraguai (1864 – 1870) influenciando não só a economia mas também o desenvolvimento social como relata o autor:

> Estas guerras tiveram uma influência enorme sobre o cotidiano das pessoas e sobre a economia à medida que implicavam mobilização de homens, requisições de animais e alimentos (em muitos casos sem serem pagos) no medo dos escravos, índios e bandidos (ZARTH, 2002 p.37).

Mesmo que o auge da crise venha ser identificado no século XIX todo o processo de prejuízo em função das guerras já vinha se arrastando por no mínimo quase um século.

A partir da década de 1920 com a pecuária em crise inicia-se um processo que afirma atividade lavoureira e o arrendamento como opção para os vastos campos da região. Para FREITAS "é nesse momento que a pecuária em crise [...] encontra a saída no arroz" (1980 p.58).

6 Considerações finais

A proposta desse trabalho incidiu apenas na tentativa de expor alguns pontos da longa e complexa história do processo de divisão territorial da fronteira oeste-sul e campanha, a qual se constituiu principalmente na base do trabalho árduo da pecuária e da agricultura frutificando uma economia que na sua essencialidade compôs a forma de vida da conhecida figuração gaúcha do sul do Brasil. Para compreendermos essa região, as mentalidades e cultura que ainda hoje são carregadas de significados e simbologias históricas, é necessário conhecer os diferentes vieses historiográficos, bem como contrapor o ponto de vistas dos historiadores nos mais diversos períodos históricos.

Levando em consideração a amplitude dos temas tratados aqui, este trabalho apresentou algumas contextualizações iniciais que poderão estimular uma reflexão sobre a história regional da fronteira oeste-sul e campanha.

Primamos pela desmistificação de versões históricas cristalizadas, a qual nos dias atuais surge a emergência necessidade de uma revisão historiográfica, baseada na prática da pesquisa visando contribuir e colaborar para uma prática educativa que foge da simples reprodução factual.

Referências

AZARA, Felix. *Memorial Rural do Rio da Prata*. Rio: Manuscritos da coleção de Angelis,1969.

CESAR, Guilhermino. *O Contrabando no Sul do Brasil.* Caxias do Sul: Educs, 1978

COSTA, H. Rogério. *RS Latifúndio e Identidade Regional*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

FRANZEN, V. Beatriz. AÇORIANOS NO RIO GRANDE DO SUL a identidade açoriana nas obras de cronistas, viajantes e historiadores sul-rio-grandenses**.** *Arquipélago História, 2ª série, VII,* Universidade do Vale dos Sinos – UNISINOS: Porto Alegre: 2003. Disponível em <https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/385/1/Beatriz_Franzen_p123-142.pdf> acessado em 05 de janeiro 2015

FREITAS, Décio. *RS*: Cultura & Ideologia. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

ISABELLE, Arséne. *Viagem ao Rio Grande do Sul (1833-1834).* Tradução Dante Laytano. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.

LAYTANO de Dante. *A origem da propriedade privada no Rio Grande do Sul***.** Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983

PANIÁGUA, Edson M. R. *Fronteiras, violência e criminalidade na região platina***:** o caso do município de Alegrete (1852-1864) Alegrete: Instituto Cultural José Gervasio Artigas, 2013.

SAINT-HILARE, Augusto de. *Viagem ao Rio Grande do Sul (1820-1821).* Belo Horizonte, Itatiaia. São Paulo: EDUSP, 1974.

ZARTH, A. Paulo. *Do Arcaico ao Moderno*: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX. Ijuí: Ed Unijuí, 2002.